

## ANEXO II

(Anexo Único ao Decreto nº 2.165, de 2017)

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (profissão) ou \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (econômica), residente \_\_\_\_\_ e domiciliado \_\_\_\_\_ (a) \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ (cidade/estado), CEP: \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade de nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARO, para os devidos fins, que, não possuo, ou, ainda que possua vínculo de matrimônio, de união estável, ou parentesco, até o terceiro grau, conforme definido no Decreto de nº 2.165, de 2017, e na Súmula Vinculante de nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, não houve qualquer influência do referido servidor ou servidora no ato de minha nomeação, designação ou contratação junto à administração pública municipal.

Declaro, igualmente, que a função ou o cargo por mim ocupado não possui influência, intermediação ou subordinação hierárquica do agente público com o qual mantenho vínculo de afinidade ou parentesco, nem que, em decorrência de minha posse, designação ou contratação, tenham ocorrido ou venham a ocorrer designações recíprocas ou favorecimentos pessoais em outros órgãos ou entidades da administração pública.

Por fim, declaro que possuo todos os atributos pessoais e a qualificação mínima exigida para o exercício do cargo, emprego ou função administrativa, reconhecendo minha plena capacidade e compatibilidade para o desempenho das atribuições inerentes à função para a qual fui designado(a).

Por ser verdade, firmo a presente declaração, ciente de que a prestação de informação inverídica poderá ensejar a aplicação das sanções cíveis, penais e administrativas cabíveis, inclusive pela caracterização de nepotismo e de improbidade administrativa.

Assinatura

Goiânia, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_